



ATA Nº 18/2022

Aos 21 dias do mês de dezembro de 2022, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a segunda reunião da quinta sessão ordinária do ano 2022, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

2. Proposta dos Documentos Previsionais para o ano 2023: Demonstrações Orçamentais e Demonstrações Financeiras;
3. Proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Espinho para 2023;
4. Pedido de Autorizações Prévias Genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais para 2023;
7. Proposta de fixação da taxa de participação variável no IRS de 2023;
8. Proposta de atualização da Tabela de Taxas para o ano de 2023;
9. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
10. Aprovação de atas da 4.^a sessão ordinária de 2022;
11. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h49 dado ter sido precedida pela reunião extraordinária marcada para esse mesmo dia, pelas 21h00 para apreciação da proposta de desagregação da União de Freguesias de Anta e Guetim e criação da Freguesia de Anta e da Freguesia de Guetim.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, José Adolfo Carvalho Rocha, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de

Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Augusto Novais, Abel Jorge Correia dos Santos por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel Cardoso Pereira e do Presidente da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias por Paula Colaço. A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram também presentes os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, retomando os trabalhos com o ponto 7 **Proposta de fixação da taxa de participação variável no IRS de 2023**, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para apresentação do documento que referiu ser uma proposta em linha com a do ano anterior, sendo um valor abaixo da taxa máxima e que era um valor que representava uma importante fonte de receita e, por todos os motivos já elencados na última reunião, ainda não estavam em condições de o reduzir e que como o próprio orçamento demonstraria, seriam lançadas algumas medidas de cariz social no sentido de reforçar o apoio às famílias.

O Presidente da AM disse que o vogal do BE tinha uma proposta alternativa para aquele ponto e pediu-lhe para fazer a sua apresentação, tendo o mesmo referido que o BE contrapunha à proposta do executivo uma proposta mais justa. Que a Câmara dispunha de instrumentos que pudessem reequilibrar as relações de força que deixavam a maioria da população numa condição muito desigual em relação aos mais ricos e aos que tudo podiam e tudo tinham, sendo que o executivo dispunha de uma maioria, arrogava-se socialistas, mas nada faziam naquele sentido. Que o BE propunha que a participação variável no IRS fosse de 5%, permitida por lei, sendo que o município, com a sua proposta, abdicava de 0,5% da participação no IRS. Que quem tinha dinheiro era quem beneficiaria com aquela medida porque quem vivia com uma pensão baixa ou salário mínimo, não pagava IRS e não teria devolução, ao contrário de quem tinha dinheiro e receberia umas centenas de euros na liquidação do IRS, sendo que era injusto, insensível e era desamarrar os mais ricos da comunidade dos seus deveres para assumir aberta



e despidoradamente os seus interesses e promover a desigualdade enquanto virtude económica. Que para o BE a política certa era cobrar aos que mais tinham para aplicar dinheiro em política social e assim diminuir as desigualdades, sendo o melhor dique contra a selvajaria neoliberal em que viviam. Que a ação consequente transformada em política era, pois, a proposta alternativa que o BE apresentava e em que se fazia a cobrança integral da participação variável no IRS, ou seja 5%, canalizando-se a diferença para reforçar o programa de apoio às famílias que estavam na agonia e na aflição provocadas por mais uma crise do capitalismo realmente existente. Que aqueles que defendiam justiça e distribuição só poderiam dar o seu apoio àquela proposta. Perguntou ao executivo se fazia ideia de qual seria o valor que a Câmara contabilizaria se optasse por seguir aquela proposta do BE.

Presidente CME respondeu que era uma importante receita para o município, representando cerca de 1,8 M€, que não estavam em condições de reduzir, mas que os apoios às famílias não se esgotavam ali, antes pelo contrário, existindo um conjunto de medidas previstas no orçamento do próximo ano que introduziriam critérios de coesão social e de apoio às famílias. Que era uma receita já prevista em sede de orçamento e que não estavam em condições de alterar, sendo que a proposta do BE não tinha qualquer fundamentação financeira

João Matos (BE) disse que o Presidente CME parecia que estava só a ver a festa, fazendo-se passar pelo ocupante do lugar de passageiro quando tinha as mãos no volante, acrescentando que queria acreditar que se equivocou ao dizer que não estava em condição de abdicar de receita, porque ao tomar a decisão de aplicar 4,5% estava a abdicar da receita de 199 mil euros e que, ontem, com a aprovação da derrama abdicou-se de 30 mil euros.

Presidente CME respondeu que a interpretação do vogal do BE estava errada. Que quando se elaborava um orçamento avaliavam o histórico verificando-se que quando o valor era mais elevado arrecadaram receitas na ordem dos 215 mil euros, ou seja, aumentar um imposto não significava aumento de receita, sendo que, quando aconteceu, o valor reduziu substancialmente.

João Matos (BE) disse que o presidente da CM estava em profunda contradição. Que estabeleceu uma relação direta ao referir que, historicamente, quando a taxa estava no seu máximo, o investimento no município diminuía, dizendo-lhes que aplicando uma taxa diminuta em relação ao valor máximo legal estava a abdicar de receita em nome da suposição que podia afugentar investimento. Que o Presidente da CME tinha referido, num debate televisivo, que estava muito preocupado com o facto de os espinhenses não terem como viver em Espinho e ali verificavam a sua preocupação

Presidente CME respondeu que tomavam decisões baseadas em factos, no histórico. Que se consultasse outros exercícios verificaria que quando tinham a taxa de 5%, arrecadaram receitas na ordem dos 1,7 M€.

Paulo Leite (PSD) que concordava com o vogal do BE quando dizia que as pessoas que ganhavam menos não pagavam IRS, logo não beneficiavam com a medida, mas que não era linear afirmar que os beneficiados seriam os ricos, sendo que as pessoas que ganhavam pouco mais do que o ordenamento mínimo e descontem para o IRS mereciam da parte do município uma ajuda mínima que fosse sendo que o valor que a Câmara abdicava de receber não estava errado, sendo pena que não pudesse ser mais elevado. Fez notar que, se em anos anteriores, com uma taxa mais alta obteve-se menor receita, também tinha a ver com a incidência em rendimentos inferiores. Que na sua ótica, com a classe média a ser castigada com tantos impostos e o aumento da inflação, aumentar aquela taxa ficaria muito mal à Câmara Municipal

Ana Rezende (CDU) disse que a forma de aplicar e gastar o dinheiro dos impostos tinha de mudar, devendo ser gasto em serviços essenciais à população, nomeadamente saúde, educação, justiça e ação social e que os 0,5% na vida das famílias se traduziria praticamente em nada dado que o valor mínimo de existência para 2023 de IRS eram 2 640 euros, sendo que até aquele valor, a pessoa singular estava isenta do pagamento de IRS, sendo que a aplicação do meio ponto percentual era aplicada acima daquele valor, pelo que seria mais avisado por parte da Câmara Municipal fazer incidir a taxa máxima e depois aplicar aquela receita no que atingia mais a população. De facto, não beneficiaria ricos, mas o reflexo que teria nas famílias era pouco e cerca de 200 mil euros para a Câmara poderia ser canalizado para projetos sociais e outros.

João Matos (BE) que não tinham dúvidas que o PSD estava completamente encostado à direita e que todo o princípio que o fundou, de progressividade fiscal, de alguma justiça social foi abandonado e que o termo social-democrata figurava apenas no seu título. Que o curioso no que o vogal Paulo Leite ali dissera era perfilhado pelo executivo PS, abdicando de utilizar todos os instrumentos ao seu dispor e fazer com que a receita que a Câmara conseguia obter se traduzisse em políticas sociais. Que o executivo dizia que não podia abdicar de receita, mas ao aplicar aquelas taxas de IMI e de derrama estava a fazê-lo. Acrescentou que, com a redução que a Câmara pretendia fazer, quem beneficiava eram os tais ricos da cidade que não contribuía em nada para a comunidade, como Manuel Violas que punha parte da sua fortuna em paraísos fiscais.



Presidente CME referiu que os valores apresentados pelo vogal do BE não eram factuais, eram apenas previsões, que não correspondiam à realidade. Que era preciso conhecer o território de Espinho e a sua população e perceber como se organizava. Que eram os contribuintes com rendimentos brutos entre os 13,5 mil euros e os 50 mil euros, ou seja, a designada classe média, que pagavam a maior parte da percentagem do IRS, cerca de 44%, e que as pessoas a que o vogal do BE se referiu resumem-se a 1%.

Ana Rezende (CDU) que a análise feita pelo Presidente da CM carecia de ser explicada, dado que era factual que quando se aplicava a taxa máxima na participação variável do IRS, as receitas eram menores, mas que também se devia ao critério do mínimo de existência fiscal de IRS também ter sido alterado. Que não se explicava o porquê da Câmara se permitir desperdiçar meio ponto percentual que poderia ser aplicado em medidas sociais, porque a maioria das pessoas olhava para a nota de liquidação de IRS e não procurava aquele valor, sendo que aquela medida não sequer dava votos e que aplicar a taxa máxima revelava-se necessário, atendendo até à própria situação financeira da Câmara.

João Matos (BE) disse ao Presidente da Câmara que não usasse da dissimulação para se fingir desentendido do que ele estava ali a falar, fazendo notar que todos os exercícios que estavam ali a discutir eram previsões, pelo que não devia usar da demagogia para desvirtuar uma proposta política contrária à dele. Disse que a comunidade espinhense sabia muito bem no que se tinha tornado aquela cidade pela mão do PS e do PSD, ou seja, uma cidade negocio e pouso muito confortável para fundos imobiliários e oligarcas caducos. Que os 200 mil euros que se dava de borla a quem menos precisava, incidia precisamente sobre aquele 1% que o Presidente da Câmara falou e que, como em toda a parte do país concentrava a riqueza, sendo os que o BE se propunha atacar.

Presidente da AM fez notar que o constante da proposta alternativa do BE para que a transferência do correspondente a 0,5% da participação no IRS para programas municipais de combate à exclusão social, era ilegal porque de acordo com o princípio da não consignação constante do artigo 9º C da Lei das Finanças Locais, sugerindo ao vogal que retirasse aquela parte da proposta, o que foi aceite

Votação: a proposta alternativa do BE foi rejeitada com 23 votos contra e 2 votos a favor. A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada com 23 votos a favor e 2 votos contra

Ponto 8. Proposta de atualização da Tabela de Taxas para o ano de 2023

Presidente CME referiu que a proposta da Tabela de Taxas para o ano de 2023 pretendia atualizar as taxas, tentando materializar as necessidades identificadas pelos serviços municipais refletindo o curso da atividade pública ou do benefício auferido pelos particulares, considerando também o contexto de subida generalizada de preços e de custos de funcionamento inerentes à atividade municipal. Que a proposta recaía essencialmente em duas vertentes, adequar ou acautelar atividades não previstas, como por exemplo atividades balneares, parques de estacionamento e atualizar o valor das taxas sobre atividades económicas. Que, para análise daquela proposta, não podiam ser desconsiderados fatores, como a não atualização de valores das taxas ao longo dos últimos anos e a necessidade de precaver o equilíbrio e a sustentabilidade financeira da autarquia por via de receitas correntes. Deu nota dos novos serviços criados e da atualização dos valores na tabela, que eram inferiores aos cobrados noutros municípios vizinhos.

Paulo Leite (PSD) fez notar a falta de coerência da Câmara na questão das taxas e das fontes de receita, sendo certo que se no IRS houve atenção para com os municípios, ali houve uma criação de muitas taxas novas e que tendo 2022 sido um ano difícil e o novo ano também seria, esperava-se redução de taxas ou a sua manutenção, pelas mesmas razões que indicou anteriormente. Assim, o PSD não poderia votar a proposta favoravelmente

Ana Rezende (CDU) que um dos aumentos patentes na tabela era o da água, saneamento e resíduos urbanos o que lhe parecia extremamente preocupante, dado que eram serviços essenciais à população o que não lhe parecia lógico, tendo-se prescindido de meio ponto percentual no IRS

João Matos (BE) que era uma proposta profundamente reveladora da contradição em que vivia o executivo que se mostrava muito preocupado com a classe média com a participação variável, mas aumentava a água e resíduos



Ana Paula Africano (PS) fez notar que embora pudessem ser discutíveis as opções que o executivo punha em relação às taxas, não podiam deixar de dizer que a sua utilização tinha o efeito de moderação e de sustentabilidade dos serviços, não se podendo ignorar as taxas de estacionamento dos novos parques, sendo que o seu custo era quase uma concessão para os utilizadores porque era inferior ao estacionamento alternativo nas mesmas zonas.

Alexandra Bastos (PSD) disse que o parque de estacionamento do RECAFE já estava a funcionar há algum tempo e apenas hoje estavam a deliberar sobre a sua taxa, pelo que lhe parecia que estavam a deliberar com efeitos retroativos, sendo que os documentos deviam entrar em vigor após deliberação por parte da Assembleia

Presidente CME esclareceu que os 0,40 por hora que estavam a praticar eram generalistas e tinham sido anteriormente aprovados. Disse que os aumentos refletidos na tabela eram determinados por entidades reguladoras dos diferentes setores que determinavam que as autarquias não podiam incorporar os custos decorrentes da Lei, como a TGR, a TRHS, a TRHA, e com o que pessoalmente não concordava, sendo uma posição consertada dos autarcas na Área Metropolitana do Porto e Associação das Terras de Santa Maria. Que teriam de pagar aquele imposto, sendo que parte seria devolvido ao município para ser obrigatoriamente investido em matéria de eficiência na recolha, gestão e valorização de resíduos, que depois traria benefícios

Presidente AME disse que o Presidente da CM se referia a ERSAR, entidade reguladora das águas, saneamento e resíduos sólidos que impunha aos municípios, todos os anos, o equilíbrio de tarifários, sendo taxas fixadas às quais os municípios estavam impedidos de incorporar no seu orçamento.

Votação: aprovada com 14 votos a favor e 11 votos contra.

Presidente da AM, disse que, de acordo com o definido na anterior reunião, passariam agora à discussão em simultâneo dos pontos 2, 3 e 4, dando a palavra ao presidente da CME para a sua apresentação, o qual referiu que existiam duas dinâmicas, por um lado uma parte de visão e planeamento de políticas publicas que tinham vindo a ser implementadas e operacionalizadas pelo executivo municipal, mas que ainda tinham de assumir um conjunto de responsabilidades, obrigações e constrangimentos que transitavam do anterior ciclo autárquico. Disse que existia um esforço grande na

reorganização e capacitação dos serviços municipais, melhorar a capacidade de resposta e intervenção da autarquia junto dos cidadãos assim como a capacidade de operacionalização de intervenção mais eficaz no território e numa lógica de planeamento e desenvolvimento do concelho, de serem capazes de implementar novas propostas e soluções. Lembrou o relatório de contas de 2021 que tinha um resultado líquido do exercício negativo na ordem de 1,2 M€ mais um aumento brutal da dívida do município na ordem de 40%, o que os condicionava na elaboração do orçamento. Recordou também o impacto das grandes empreitadas como o RECAFE, o estádio municipal, a escola Sá Couto e a entrada norte, que tinham um custo aproximado de 24 M€ e derrapagens que estimavam vir a rondar os 33 M€. Que havia também um aumento brutal dos custos da energia, eletricidade e gás tiveram um aumento superior a 700 mil euros e dos encargos com juros de empréstimos que eram superiores a 200 mil euros, com uma enorme previsão de aumento para 2023, que poderá atingir valores na ordem de 600 ou 700 mil euros. Que no anuário financeiro dos municípios portugueses, o município de Espinho constava como 43º município com maior dívida, integrando a lista dos 10 municípios com aumento superior a 20% e o 15º município com maior aumento de dívida, o 9º com maior contratação de empréstimos bancários em 2021, o 4º com maior diferença negativa entre o valor da amortização e o valor de novos empréstimos. Fez notar que, quando o anterior executivo iniciou funções em 2009, Espinho era o 43º município com maior volume de dívida e que quando saiu deixou Espinho exatamente na mesma posição. Que evidentemente não podiam ignorar o atual contexto social esperado para 2023, com fenómenos como a inflação, o aumento dos custos com a energia e dos encargos com os créditos com a habitação e por isso reforçaram a verba para a ação social passando de 49 mil euros previstos para 215 mil euros e começariam em 2023 a executar o programa de ação em comunidades desfavorecidas com uma verba na ordem dos 6 M para áreas como o empreendedorismo, inovação social, envelhecimento ativo, laboratórios sociais, academia ativa e desporto para todos, espaços intergeracionais, saúde mental, cidades integradoras, educação com sucesso. Que faziam questão de passar para o topo da agenda política a eficiência energética, a eficiência hídrica e a gestão de resíduos, para reduzir os custos com a energia nos edifícios municipais, as perdas de água, os custos com a gestão dos resíduos indiferenciados. Que na área da habitação fizeram uma profunda reformulação da estratégia local da habitação, com especial foco na candidatura do programa do Primeiro Direito, tencionando aumentar o investimento previsto de 5 M€ para 80M€.



Referiu o reforço de meios para a intervenção, manutenção e requalificação do espaço público e o aumento das verbas transferidas para as Juntas de Freguesia, agradecendo a colaboração de todos os presidentes de Junta de Freguesia. Referiu que na área da saúde aumentariam as verbas de 30 mil euros para 605 mil euros, onde se incluíam as verbas no âmbito da descentralização, mas também projetos na área da saúde mental, a reabertura do Centro de Saúde da Marinha, encontrando-se em fase de lançamento de concurso. Na ação social passaram de 49 mil euros para 215 mil euros, incluindo verbas da descentralização e também o reforço dos meios e da capacidade da intervenção social. Na habitação, para executar em 2023, passaram de 1,9 M€ para 3 M€, com particular destaque para a implementação do programa Primeiro Direito. Nos transportes, de 88 mil euros passavam para 305 mil euros, traduzindo-se no projeto que permite a mobilidade interna dentro do concelho, na cultura passaram de 110 mil euros para 354 mil euros, com reforço de verba para os equipamentos culturais. No desporto e lazer a verba passou de 3,8M€ para 4,4 M€, para o estádio municipal. Os serviços auxiliares de ensino passaram de 1,6M€ para 2,2 M€ para apoio de toda a atividade letiva. Que consideravam ser um orçamento sério, responsável e equilibrado que abria caminho às prioridades do executivo e procurava estabilizar a situação financeira da autarquia, lançar os compromissos e conseguir atingir os objetivos a que se propuseram e que mereceram a confiança da maioria dos espinhenses.

Filipe Pinto (PSD) perguntou qual o impacto previsível nas receitas do aumento de nº de imóveis no concelho nos últimos anos e qual o aumento da população residente com contribuições para os impostos locais. Sobre o acordo com a ESSE, perguntou se já estava formalizado e qual a contribuição da ESSE respeitante aos parques de estacionamento à superfície para as receitas do concelho, sendo que a AM aprovou que havia uma receita de 25% das receitas. Perguntou a razão de não estar desagregados no orçamento os parques de estacionamento para perceberem quais as receitas do RECAFE, do FACE e da ESSE. Qual era o impacto nas contas da substituição da recolha em contentores e recolha porta a porta e quantos novos funcionários estavam previstos ser contratados ou se seriam efetuadas formações para adaptação das pessoas às funções. Como seria feita a recolha de resíduos para reciclar após a retirada dos contentores. Se o estádio municipal ficaria concluído naquele ano dado não estar prevista verba para os anos seguintes os anos seguintes. Sobre o aumento de transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, disse que o

orçamento previa exatamente o mesmo montante do que o ano passado. Referiu que o Presidente da CM referia o prejuízo de 1,2 M€, mas que segundo o balanço previsional, o prejuízo estava reduzido para 632 mil euros e também reduzia os resultados das amortizações e gastos com financiamento de 5,8M€ para 3,2M€, segundo o descrito os prejuízos previstos diminuía basicamente por via da redução em quase 50% das amortizações, o que parecia estranha porque nos últimos anos o nível de amortizações rondava os 7M€ e perguntou qual era o motivo para aquela redução porque se se mantivesse o nível das amortizações dos anos anteriores, os prejuízos iriam superar os 3 M€, ou seja pior do que no ano passado.

Ana Rezende (CDU) perguntou onde estava inscrita a receita provinda da participação variável no IRS e, referiu que a verba para a educação, de 4,3M€ se mantinha para 2023 e anos seguintes, o que com a inflação, lhe parecia estranho. Sobre a política de habitação, não percebia em termos orçamentais, qual era o aumento da verba. Reforço da verba para Medidas de apoio social perguntou em que situação estava a transferência de competências em matéria da ação social e o que se perspetiva em termos de envelope financeiro

João Matos (BE) disse que embora O Presidente da Assembleia em sede da comissão permanente tivesse referido a realização de uma reunião com os serviços financeiros da Câmara municipal, tal não aconteceu, o que tornaria mais fácil para os vogais da AM realizarem o seu papel de escrutínio, conhecerem o documento e colocarem determinadas questões. Perguntou qual a verba destinada para obras de reabilitação de edifícios públicos, nomeadamente para remoção do amianto existente nos armazéns e piscina, que precisava de ser removido por pôr em causa a saúde dos funcionários municipais.

Presidente AME esclareceu que a reunião não foi realizada por falta de disponibilidade da sua parte e que lamentava o sucedido

Presidente CME esclareceu que perspetivavam que os novos imóveis cobrissem a redução do IMI e que, com a implementação de um observatório para estudar aquelas questões, poderiam ser recolhidos e tratados analiticamente dados para tomarem decisões cada vez mais rigorosas e que perspetivavam que outros edifícios que viessem a ser implementados no município, acelerassem o aumento das receitas, permitindo acelerar a redução do IMI para os valores mínimos. Sobre a ESSE, disse



que foi aprovada, em 2019, uma alteração, com a qual não concordou por considerar ser uma má opção, fazendo-se a concessão até 2034 e podendo o concessionário, dentro da área definida, ocupar até 1000 lugares, acrescentando que estava obrigado a pagar 25% da receita, mas no contrato não estavam definidas datas, sendo que, naquele ano, tinham recebido 270 mil euros. Acrescentou que o concessionário tinha pedido à Câmara Municipal um reequilíbrio financeiro de 5M€, referindo também, que teria direito ao parque de estacionamento do RECAFE, sendo que a Câmara não concordou. Sobre os resíduos, disse que já se fazia a recolha porta a porta em Anta e Guetim, exceto dos indiferenciados, sendo que cada freguês, produzia 3,5 mil quilos de resíduos por ano, e em Espinho, cada freguês produzia 7 mil, o que provava que o sistema de recolha porta a porta funcionava, mas que na cidade, seria mais difícil implementar, pelo que seriam criadas ilhas ambientais por cada zona habitacional para os cidadãos, com chave ou cartão depositar os seus resíduos e que futuramente pretendiam desanexar os resíduos do consumo de água. Disse que a LIPOR fazia o tratamento dos resíduos em alta e que a recolha em baixa estava concessionada à SUMA pelo anterior executivo, sendo que era um contrato com muitas debilidades, fazendo notar que os contentores existentes eram incompatíveis com os camiões da SUMA, sendo um sistema ineficaz tornava os custos mais avultados. Que ao longo dos anos aquela situação esvaziou e descapitou os serviços municipais tornando o município refém daquele tipo de empresas, as quais teriam de ajudá-los a implementar os sistemas no terreno. Sobre o estádio municipal, disse que tinham herdado um processo muito complicado, mas que agora os trabalhos estavam a decorrer conforme o previsto e se tudo continuasse a correr conforme o planeado, o estádio ficaria pronto em 2023. Sobre as verbas para as juntas de freguesia, disse que estavam à espera de validação da DGAL para as poder transportar em orçamento. Referiu que a participação variável em IRS era de 1,2M€ e constava, segundo lhe parecia, da página 60 do orçamento. Sobre a verba para a educação, disse que a verbas de mantinha igual na receita e na despesa para 2023 e anos seguintes, não significando que não pudessem vir a ser alterados. Quanto às políticas de habitação, disse que ainda não podiam verter o valor em orçamento, mas já tinha sido apresentado no IHRU e junto da Secretaria de Estado na reformulação da estratégia local de habitação, que era claramente insuficiente, sendo que o valor que o vogal tinha referido era o que tencionavam executar em 2023. Sobre obras de reabilitação dos armazéns, piscina, disse que eram prioritárias, para as quais tinham previsto 423 mil euros, embora soubessem que não era suficiente e que estavam a planear

deslocar os funcionários dos armazéns para outro edifício municipal e que tencionavam construir uma piscina municipal olímpica nova porque a atual tinha debilidades enormes, sendo que a Divisão de Planeamento Estratégico estava a criar um plano para valorizar os terrenos, criando novas infraestruturas, onde estava a atual piscina.

Filipe Pinto (PSD) sobre os parques de estacionamento e sobre a atribuição de 270 mil euros por parte da ESSE, disse que anteriormente o município apenas recebia 500 euros por ano e se o executivo anterior tivesse terminado com a concessão, conforme pretendia o PS, teria de pagar à ESSE cerca de 7 M€, o que iria onerar ainda mais o município em termos de empréstimos. Quanto ao balanço previsional, e segundo os seus cálculos, naquele ano a Câmara teria um prejuízo de 3M€, sendo que no ano passado foi de 1, 2M€

Presidente CME respondeu que não podiam justificar um contrato desastroso com outro contrato desastroso e, tendo hipótese de renegociá-lo, fizeram-no de forma desastrosa, sendo que tinham abdicado de 75% da receita e de gerir o estacionamento. Que o parque de estacionamento que o concessionário estava obrigado a fazer tinha o custo de 7M€, sendo que em 2019, ficou desobrigado de fazê-lo, para além do que havia estudos que apontavam para valores menores para o resgate da concessão. Sobre o balanço do resultado líquido, disse que era inferior, era de 600 mil euros e ainda era negativo, sendo uma previsão com base no próprio orçamento, tendo em conta os valores do balancete 2022 há data de elaboração em outubro, sendo que entendiam que teriam um resultado previsional negativo de 600 mil euros.

João Matos (BE) pediu para fazer um ponto de ordem à Mesa, dizendo que uma vez que era a questão política que ali se impunha naquele documento e fazendo a conta aos tempos médios de discussão de cada elemento da Assembleia, a sessão ultrapassaria as 24h30, não lhe parecendo fazer sentido iniciar uma discussão político para se interromper àquela hora, sendo que por parte do BE não se prolongaria para lá daquela hora. 2.57.44

Paulo Leite (PSD) disse que tiveram uma explanação demasiada alongada por parte do Presidente da Câmara sobre temas que nem eram os mais importantes e que até às 24h30 não haveria tempo de discutir politicamente o documento, mas que



continuariam a reunião por parte do PSD. Acrescentou que sobre a renegociação do contrato com a ESSE, foi feito com base num estudo por parte da Universidade Católica, exigido pela Assembleia Municipal, que demonstrou que era o melhor para Espinho.

Presidente AME disse que não havendo continuação da Assembleia teria de ser fazer uma reunião a 26 de dezembro.

João Matos (BE) voltou a lembrar a questão da não transmissão das sessões da Assembleia Municipal e perguntou se teriam a garantia que, ao serem retomados os trabalhos no dia 26 de dezembro, teriam a transmissão da parte mais importante, ou seja, a discussão política

Presidente AME disse que tinham tudo preparado para fazer a transmissão em direto, mas que por motivo de doença do único funcionário que operava com o equipamento, tal não foi possível. Depois colocou à apreciação da Assembleia a continuação da reunião para além do tempo regimental previsto tendo sido aprovada com 23 votos a favor e 2 votos contra

Paulo Leite (PSD) fez um ponto de ordem e disse que admitiam o prolongamento da reunião, mas deixou nota do exagero dos tempos de intervenção do Presidente da Câmara, sendo que a Mesa devia gerir melhor aquela questão.

Ana Rezende (CDU) fez também um ponto de ordem referindo que lamentava aquela decisão porque tinha compromissos marcados e inadiáveis para amanhã de manhã, sendo que o prolongamento dos trabalhos devia-se muitas vezes a má gestão dos tempos concedidos, nomeadamente ao Presidente da Câmara, considerando um desrespeito por parte do trabalho dos vogais, fazendo-os permanecer na reunião horas a fio para esmorecer aquilo que o executivo não queria ser confrontado, ou seja, a discussão política do documento.

Iniciou-se a discussão política, relembrando os tempos de que cada vogal dispunha e deu a palavra ao vogal Paulo Leite que referiu que no discurso anterior do Presidente da Câmara havia milhões para tudo e mais alguma coisa, o que significava que havia dinheiro, tendo tentado depois passar a mensagem que o PSD deixara uma Câmara endividada, tendo voltado a mostrar o gráfico com o tratamento da dívida por parte do PSD ao longo dos últimos anos. Sobre os 1,2M€ negativos ,disse que já tinham

dirimido a questão quando da prestação de contas, sendo que o Presidente da AM fez uma intervenção objetiva e clara que promoveu o esclarecimento cabal da situação, sendo que o Presidente da Câmara não devia voltar a repetir meias verdades, dado que o saldo que ficou era de 4 809 153,00 euros positivos, tendo tido depreciações e amortizações de cerca de 6 M€, sendo que no ano corrente só tinham 3M€, o que o Presidente da Câmara Municipal não soube explicar a razão. Que o resultado operacional do executivo PSD era muito superior ao do PS, tendo no final sobrado 4M€. Que era verdade que houve um aumento de dívida deixada no último ano por via dos investimentos feitos e que ficaram nos cofres da Câmara. Que o dito pelo Presidente da Câmara foi uma manipulação de dados, e que estando a gerir um concelho não o devia fazer, era preciso ter muita responsabilidade naqueles assuntos, sendo que Espinho precisava de ser bem gerido, encontrando-se soluções e ter a oposição a trabalhar em conjunto com o executivo a dar-lhes as intenções diferentes. Que se verificassem nas páginas 13 e 14 da Prestação de Contas do ano passado, nos principais resultados, constava que *“em termos sintéticos o Município de Espinho continuou o seu trajeto de consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos...”* enunciando-se a seguir os dados. Acrescentou que, como Presidente de Câmara, ele teria começado o mandato com muita responsabilidade, percebendo o que existia na Câmara, olhando para as pessoas que tinha, olhando para as oposições e procurando trabalhar com elas, o que o levaria a construir muito em favor de Espinho. Que hoje apesar dos problemas que houve a obra estava ali, tinham o parque de estacionamento do RECAFE a funcionar a favor dos espinhenses. Que todos ficavam com dúvidas de onde vinha o dinheiro para tantos milhões constantes no orçamento que não era propriamente claro. Disse que o anterior executivo PSD andava a tratar do desperdício da água, corrigindo as fugas e que estava prevista uma intervenção na Rua 19, à qual o atual executivo não deu andamento, referindo também que no Bairro da ponte de Anta estavam a dar continuidade ao começado pelo PSD. Que era preciso fazer mais obras e menos discursos, menos propaganda como hoje ali aconteceu na Assembleia.

Teixeira Lopes (PS) disse que estava deslumbrado com o poder de efabulação das intervenções anteriores. Que chegou a acreditar que o que tinham vivido nos últimos anos não aconteceu, sendo que tinham aprovado orçamentos com os votos contra da oposição, que a água assoreava para diversas ruas da cidade, que tinham cortado árvores, que não terminaram as obras do RECAFE, sem falar do estádio municipal e



das peripécias que levaram à sua não conclusão depois de ter sido alterado no orçamento. Que o Presidente do atual executivo falou dos constrangimentos que transitavam do anterior mandato PSD que condicionavam a situação financeira e operacional de Espinho fizera-se silêncio porque era uma questão muito difícil de rebater, comprovada com a apresentação daquele documento, e considerando as limitações financeiras devido ao resultado líquido de 2021, com o exercício negativo na ordem de 1,2M€ e o aumento brutal da dívida municipal e ainda o ano que estava a terminar com inflação, aumento dos combustíveis, a guerra na Ucrânia, o problema de concretização do orçamento da União Europeia. Que a dívida municipal era na ordem dos 40%. Que os documentos preconizavam uma aposta clara e reforçada na área da educação, da ação social, na habitação, transportes e cultura e ainda nas obras concluídas no primeiro ano do atual mandato. Que o ano de 2023 seria marcado pela inflação, aumento dos custos de energia e dos encargos com os créditos da habitação, sendo que a proposta do executivo procuraria aumentar as medidas de apoio social pelo reforço das respostas já existentes ou pela aplicação de novos instrumentos de intervenção, sendo que a Assembleia pela sua forma de votação responsabilizar-se-ia pela aprovação ou não daquelas medidas. Que quando uma força política perdia as eleições foi por não merecer a confiança do eleitorado, sendo que agora procurava-se acusar o eleitorado de Espinho de se ter enganado. Que os documentos previsionais do município de Espinho assentavam em opções políticas e de gestão que procuravam resolver problemas crónicos, reforçar os índices de coesão social e iniciar um caminho de desenvolvimento plasmado e sustentável procurando mais ou menos criterioso na despesa, evitando o supérfluo e procurando angariar novas fontes de receita ou inovar e reforçara a capacidade de fontes do financiamento.

Ana Rezende (CDU) disse que passado um ano, o atual executivo, dando de barato que o primeiro ano era de adaptação, continuava a colocar culpas na anterior gestão, sendo que o grupo do PSD teimava em dizer que deixou tudo muito bem. Perguntou porque não foi feita uma auditoria às contas e porque tinham aprovado as contas do exercício de 2021, sendo que 9 meses eram da anterior gestão PSD. Disse que não se via nenhuma ação para responsabilizar projetistas ou empreiteiros pelas derrapagens nas obras, acrescentando que não valia a pena continuarem naquele debate político vazio. Que em termos práticos e concretos, as propostas para fortalecer financeiramente a Câmara, através do mecanismo de impostos, eram recusadas permanentemente. Que mais uma vez os documentos previsionais deixavam muitos

rabos de palha de fora, que eram de facto uma opção política com a qual a CDU não concordava e que era com alguma preocupação que ouviu o anúncio da nova piscina municipal, perguntando o que seria feito naqueles terrenos. Disse que a CDU votaria contra este documento e também contra o Mapa de Pessoal e as autorizações genéricas onde constava a contração de mais um empréstimo.

João Matos (BE) disse que o Presidente da Câmara seguia à risca a cartilha do autarca do central, sendo que, se há um ano atrás referia que estavam a começar, eram uma maioria absoluta mas dialogante jamais arrogante, que não podiam alterar o rumo que o PSD definiu para a cidade durante 12 anos, mas que para o ano estariam em condições, já no ano em curso, referia que teriam de ser 2 anos de sedimentação das suas políticas e só depois começariam a aparecer resultados. Que o orçamento era um documento onde melhor se refletiam as escolhas, as opções e as prioridades dos órgãos executivos das autarquias e também as inações, os favorecimentos e os elitismos, podendo dele extraírem-se as omissões do que ficou enigmaticamente para as calendas, como parecia ser regra não escrita da gestão das coisas sérias, sendo ali, nos momentos fundamentais da vida democrática, que não se cingia ao ato eleitoral, que se percebia que a política do PS era tantas vezes um jogo viciado pelos oportunismos e conjunturas momentâneas. Que a inflação já extorquiu mais do que um salário a quem vivia do seu trabalho e que a especulação estava a tirar comida da mesa a muitas famílias, porque a inflação era também a especulação das gasolinhas, dos supermercados que encontraram mais uma oportunidade para aumentar os seus preços e as suas margens de lucro à custa de quem trabalhava ou trabalhou durante toda a vida. As grandes superfícies, a banca, telecomunicações lucravam aos milhões e a governação socialista do PS não controlava preços e a pobreza alastrava em Portugal. Que não eram eventos separados, estavam todos relacionados e a inflação não caía do céu. Que se impunha aos trabalhadores uma redução real dos seus salários com a desculpa de que quaisquer aumentos iriam agravar a espiral inflacionista. Que os supermercados colocavam alarmes em produtos alimentares básicos, como enlatados ou garrafas de azeite e aquele era o mais fiel retrato de um povo a empobrecer enquanto os super-ricos iam somando e distribuindo entre eles lucros chorudos e era também aquele o retrato de uma governação PS que se recusava a fazer mínimos pela justiça social, taxar lucros extraordinários para financiar políticas redistributivas, austeridade para a maioria, bonança para uma pequeníssima elite que dominava a sociedade e a economia. Que o cabaz alimentar



aumentou 20% durante aquele ano, mas para além da média, existiam exemplos que espelhavam como a ganância estava a condenar as pessoas à barbárie da exclusão e da pobreza. Que a pescada aumentou 87%, arroz 55%, leite 42%, o bife de peru e o frango mais 30% e que os salários não acompanharam nada daquilo, por isso hoje tinham mais pobreza causada por aquela especulação que também existia na habitação, sendo que entre 2017 e 2021, o valor da renda por m2 em Espinho aumentou 38% e no caso de habitação para compra o preço por m2 naquele mesmo período aumentou 30%, sendo a avaliação bancária em Espinho a mais elevada da área metropolitana do Porto, antecedida por Matosinhos e Porto. Que o BE já trouxera ali aqueles números e que neles insistiriam porque Espinho vivia uma crise habitacional gravíssima enquanto a Câmara e o centrão das meias tintas PS e PSD, numa alternância de poder que sempre os atrasou, se limitavam a anunciar medidas sem concretização nem consequência. Havia uma crise social grave e no ano de 2023, não se antevia melhor, os juros a fazerem disparar os créditos a habitação, o desemprego a aumentar e Espinho não era exceção. Que em plena crise de custo de vida o PS no governo ou na Câmara Municipal de Espinho nada fazia para controlar nem preços, nem habitação, nem por termo à especulação que os estrangulava. Que, perante isto o Presidente da Câmara e o PS traziam-lhes um discurso sobre rigor nas contas e contenção na despesa que fazia lembrar a toada de Passos Coelho, Portas e troika, a ladainha dos anos do lixo, uma narrativa paternalista e serôdio, as vezes enchida de estrangeirismos para parecer no fulgor da juventude, mas sabiam tratar-se da velha e relha política austeritária, agora adaptada a novos tempos de pressão inflacionária ao lado da oferta, um discurso que servia para justificar não ter nada para apoiar vidas marcadas por violações de direitos, por gente que vivia em locais insalubres e sem dimensões adequadas, que chegam ao fim do dinheiro quando lhes sobrava ainda muito mês ou que não se podiam alimentar com qualidade e satisfação ou que não conseguiam comprar medicação prescrita ou por quem não conseguia prosseguir estudos por não ter como pagar rendas de quartos proibitivas e pela inexistência de oferta pública. Que na visão estratégica do Presidente da Câmara, nas primeiras páginas do documento, assegurava não ignorar a crise em que viviam, nem o povo que o elegeu, afirmava reforçar verbas para apoiar os mais afetados pela crise inflacionária, mas a rubrica da ação social representava 0,53% do orçamento apresentado, sendo que visão estratégica do executivo se chamava caridade do entretenimento. Acrescentou que não ignorar o povo que o elegeu não era o gesto que se esvaiava na banalidade do discurso ou da costumeira fotografia. Que as borlas

dadas pelo Presidente da Câmara aos mais ricos, com a devolução do IRS, correspondia a metade daquele valor e que o apoio social que aquele executivo concretizava era um terço do que gastaria em software e equipamento informático para os quais estavam previstos 657 mil euros, pesasse embora não haver pessoal que substituísse o funcionaria para transmitir on-line as sessões da assembleia, sendo que antes disso, a desculpa foi de um encavalitado jurídico para não permitir à população conhecer as escolhas políticas do executivo e o seu escrutínio. Que quando se olhava para as GOP via-se que era o tom do PS para tudo o que fosse apoios sociais, não reforçar, não aumentar ajudas, fazer de conta que nada se passava, dando borlas aos que mais tinham e menos precisavam. Que por isso era um orçamento totalmente contrário daquilo que era necessário, na habitação estavam os habituais anúncios já anunciados e as costumeiras promessas já prometidos no ano passado, sendo certo que toda a pompa dos anúncios e todo o estrépito das promessas que na sua maioria não tiveram execução e sendo certo que a habitação continuaria a ser cara e inacessível em Espinho e que a habitação social continuaria a ser uma miragem para muitas famílias porque a Câmara Municipal não tinha resposta. Que naquele orçamento não constava o alargamento dos beneficiários dos apoios sociais a todas as pessoas com rendimentos até ao limiar da pobreza, que não havia nada palpável para por fim a especulação imobiliária, alias julgava-se que o aumento do IMT era a prova da recuperação do mercado imobiliário quando na verdade era a prova de uma intensa especulação de compra e venda de casas, sendo que, a cada venda a habitação ficava mais cara, Que naquele orçamento cavava-se mais o fosso da desigualdade entre os muito ricos e os pobres, entre os todos poderosos veneráveis Senhores como Violas e os despossuídos que viviam do seu trabalho e nele tantas vezes eram explorados e que era pelos segundos que ali estavam e que era para libertar a democracia da desigualdade extrema que o BE exercia o seu mandato naquela assembleia. Que aquele orçamento de austeridade vestida de rosa, merecia apenas uma palavra, aquele redondo vocábulo, aquela soma agreste, contra. Que votavam contra porque em vez de contrariar aquele orçamento PS intensificavam o empobrecimento na cidade.

Ana Paula Africano (PS) disse que de facto aquele era um dos momentos mais importantes do ciclo anual de trabalhos da Assembleia Municipal e que o PS entendia que o documento apresentado pelo executivo era fundamental para a governação de Espinho em 2023. Que era um documento que avaliava grandes opções e onde se



revelavam as opções políticas, onde constava um conjunto de receitas para poder desenvolver os trabalhos e os projetos e com base naqueles recursos teria uma opção de demonstrar as suas capacidades governativas do concelho de Espinho. Que, atendendo à informação apresentada, o PS considerava que a proposta apresentada era um exercício bastante equilibrado com transparência e responsabilidade que era executado não só com base na situação específica ao município, mas também com outros constrangimentos mais globais e gerais já ali mencionados e que naquele contexto de graves restrições, o executivo tinha de apresentar as suas opções e de explicar os meios que teria e em que opções aplicaria aqueles meios. Que a Câmara tinha de estar preocupada com as contas porque como qualquer outro organismo público ou privado e como as famílias em geral, se não atenderem nas suas opções de despesa à restrição financeira, o certo era que a falência seria garantida, que se estava a falar de dinheiros públicos, disponibilizado para ser governado com benefício de toda a comunidade. Que Espinho tinha um grau de restrição elevado devido ao excessivo endividamento, sendo que estava entre os 33 municípios com incumprimento do equilíbrio financeiro. Que o acréscimo da taxa de juro teria impacto sobre a ação da Câmara, nomeadamente no serviço da dívida e acrescentando a previsão do cenário de abrandamento económico que também teria consequências negativas em termos de desemprego, problemas sociais agravados, trazendo não só o risco de redução de receitas mas de eventuais acréscimo de despesas. Que o executivo tentava fazer um exercício em que, face aqueles condicionalismos, mantinha um compromisso forte com o programa com que se candidatou às eleições, sendo que lhes parecia que as medidas iam no sentido correto, nomeadamente a alguma prioridade dada nas áreas de ação social, saúde, habitação, em ganhos de eficiência hídrica e energética e tratamento de resíduos urbanos e na capacitação dos seus serviços para melhor servir as populações. Que as intervenções junto das comunidades mais carenciadas tinham a dimensão possível e que pensava que se ambicionava uma intervenção mais ampla. Que consideravam positivo a política de transferência de responsabilidades e recursos para as Juntas de Freguesia. Que naquele contexto antecipavam que seria uma governação e um exercício extremamente exigentes e que além do rigor que o executivo teria de ter em toda a sua ação, teria ainda de ter muita proatividade em conseguir aceder a outro tipo de fundos e financiamentos de origem europeia para poder financiar algumas das áreas mais carenciadas ao concelho. Terminou desejando boa sorte ao executivo no exercício de 2023

João Matos (BE) disse que a vogal Ana Paula Africano tentava dar fundamento teórico àquela proposta política. Teceu afirmações que estavam no domínio da banalidade, rematando com um desejo de boa sorte. Disse que as escolhas políticas não eram uma questão de sorte, eram opções e tinham ideologia e dizer que era um exercício de enorme bravura e desejando boa sorte ao executivo acautelando que estava a governar par todos, sendo que quem dizia que governava para todos, mentia a alguém, sendo que existiam escolhas e opções e que o executivo escolhia não proteger os que mais precisavam, e protegia os mesmos de sempre.

Votação do ponto 2: aprovado com 14 votos a favor e 11 votos contra;

Votação do ponto 3: aprovado com 14 votos a favor e 11 votos contra

Votação do ponto 4: aprovado com 14 votos a favor, 2 votos contra e 9 abstenções.

Não havendo intervenções por parte do público presente, a reunião foi dada por encerrada, tendo o Presidente da Assembleia informado que a sua continuação seria comunicada oportunamente.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
